

# JORNAL DO SERVIDOR

DA REDAÇÃO

Correio da Manhã SP



Metroviários soltam nota pedindo Catracas Livres

## Situação de possível greve no Metrô de São Paulo é agravada

Nesta terça-feira (12), o Sindicato dos Metroviários de São Paulo realizará uma assembleia para decidir se o Metrô entrará em greve. Caso a paralisação seja aprovada, ela atingirá as linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata a partir das 0h do dia 13. A categoria divulgou um texto afirmando que atua com um quadro de funcionários reduzido pela metade e que os trabalhadores sofrem “ataques em seus planos de saúde”, com possíveis alterações no benefício, como aumento dos descontos em folha e reajustes. Além disso, a ausência de concursos públicos foi destacada como um dos motivos da paralisação. Segundo a categoria, caso o governador libere as catracas, os servidores trabalharão normalmente.

## 209 servidores demitidos

A Prefeitura de Florianópolis demitiu mais 45 servidores de instituições de ensino que estão parados devido à greve. A medida tem como motivo a “ausência injustificada”. Ao todo, 209 trabalhadores foram demitidos desde o início da paralisação, que já passou de 15 dias de duração. O maior número de desligamentos está nos Núcleos de Educação Infantil Municipal (NEIM) e na Escola Básica Municipal Professora Neuza Paula da Silveira.

Advocacia-Geral da União (AGU)



Seleção para a FUNAI terá análise curricular e entrevista.

## 80 vagas temporárias para a Funai

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas abriu processo seletivo simplificado para contratar especialistas temporários em proteção territorial, com atuação em Brasília. São 80 vagas imediatas e cadastro de reserva para profissionais de nível superior nas áreas de apoio administrativo, atividades de campo, georreferenciamento e manejo integrado do fogo. O salário é de R\$ 7.647,20, além de benefícios. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 13 de maio pelo site da banca Avalia. A seleção terá análise curricular e entrevista online.

## 100 vagas Instituto Militar de Engenharia

O Instituto Militar de Engenharia (IME) abriu concurso com 100 vagas para cursos de formação de oficiais engenheiros. São 70 oportunidades para a ativa e 30 para a reserva, com inscrições entre 27 de maio e 8 de julho. Durante a formação, os alunos recebem R\$ 1.457, além de alimentação, alojamento e assistência médica. Após a conclusão do curso, a remuneração pode chegar a R\$ 9 mil como primeiro-tenente.

## Danos à viaturas

Um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados prevê impedir que os agentes de segurança pública tenham descontos no salário devido a danos causados em viaturas durante ocorrências de emergência. A proposta é de autoria de Zé Vitor (PL-MG) e vale para policiais, bombeiros, guardas municipais.

## Fundação Casa

Servidores da Fundação CASA conquistaram vitória definitiva na ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Públicos do Estado de São Paulo (SIT-SESP) sobre o pagamento de quinquênios e sexta-parce. A Justiça determinou que a fundação regularize os adicionais até 20 de junho.

## Cargos no MP-SP I

A criação de novos cargos no Ministério Público de São Paulo avançou na Alesp e pode abrir caminho para um novo concurso público. O PLC 4/2026 recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça e ainda passará pela Comissão de Finanças antes de seguir para votação em plenário.

## Cargos no MP-SP II

O projeto prevê 265 vagas para concursos, sendo 200 para oficial de promotória I, cargo de nível médio com salário inicial de R\$ 6,2 mil. Também estão previstas vagas para analista de promotoria na área social, com ganhos de R\$ 8,4 mil, e analista técnico-científico, com remuneração próxima de R\$ 18 mil.

## Gratificação no PI

O Tribunal de Justiça do Piauí determinou o pagamento de Gratificação por Incremento de Produtividade (GIP) que pode chegar a R\$ 10 mil para servidores efetivos e comissionados. O benefício será dividido em duas parcelas anuais e dependerá do cumprimento de metas e critérios de desempenho definidos pela Corte.

## Segurança Pública

O Ministério da Justiça e Segurança Pública abriu uma pesquisa nacional para mapear desigualdades de gênero nas instituições de segurança pública. Servidores da área foram convidados a participar do levantamento, que busca subsidiar políticas de equidade, valorização profissional e combate à discriminação.



Ministros assinaram Resolução e despachos contra adicionais

# STF reforça “vedação absoluta” a penduricalhos

## Decisões recentes determinam auditorias em tribunais estaduais

Andre Souza

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ampliaram nas últimas semanas o cerco sobre os chamados “penduricalhos” pagos a integrantes do Judiciário e do Ministério Público. As medidas envolvem limites para benefícios extras, proibição de novos mecanismos de aumento indireto de remuneração e auditorias em tribunais estaduais. As novas decisões foram tomadas após o STF afirmar que há “vedação absoluta” para criação de penduricalhos não autorizados pela Corte. Os ministros também alertaram para possibilidade de responsabilização administrativa, civil e penal em caso de descumprimento das regras.

Em março deste ano, o STF definiu regras para o pagamento de verbas indenizatórias e adicionais acima do teto constitucional do funcionalismo, hoje fixado em R\$ 46,3 mil, valor equivalente ao salário dos ministros da Corte. Pela decisão, os benefícios extras ficaram limitados a 35% do teto remuneratório, o que representa cerca de R\$ 16,2 mil. Ao mesmo tempo, os ministros autorizaram o pagamento de um adicional por tempo de serviço, também limitado a 35% do teto. Com a soma das parcelas, remunerações podem alcançar cerca de R\$ 78,8 mil. O julgamento estabeleceu que as regras terão validade até que o Congresso Nacional aprove uma legislação específica sobre o tema. O STF também de-

terminou que tribunais e órgãos do Ministério Público sigam critérios uniformes em todo o país para a concessão das verbas.

## Resolução e despachos

Depois da decisão, o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovaram resolução conjunta para regulamentar os pagamentos autorizados pela Corte. A norma manteve benefícios como auxílio-moradia e criou novas regras para gratificações e indenizações. Nos últimos dias, os ministros do STF também aumentaram o controle sobre possíveis tentativas de ampliar remunerações fora das hipóteses autorizadas com despachos proibindo revisões, reclassificações e reestruturações de cargos, funções e comarcas que possam gerar aumentos indiretos de salários. As decisões também vedaram a criação de novas gratificações e auxílios e determinaram que todos os pagamentos sejam registrados em um único contracheque, com identificação integral dos valores recebidos.

## Nos Estados

A Corregedoria Nacional de Justiça abriu procedimentos para fiscalizar folhas salariais de tribunais estaduais, que resultaram na anulação de normas no Paraná (que criava funções remuneradas em programas de residência e supervisão acadêmica), em Goiás (auditoria nas folhas de março e abril) e no Mato Grosso do Sul (análise das remunerações de magistrados).